

ALFABETIZAÇÃO E LETRAMENTO: DIFICULDADES E DESAFIOS CONTEMPORÂNEOS

Ana Beatriz Rangel Urbano

RESUMO

O presente trabalho propõe uma reflexão sobre a compreensão dos processos de alfabetização e letramento e suas dificuldades atuais, tratando dos conceitos, origem e especificidades que compõem estes processos. Busca também diferenciá-los, para que as especificidades em questão sejam compreendidas, ressaltando que ambos os processos são dessemelhantes, porém, devem ser trabalhados de forma indissociável, um contemplando o outro, para obter sucesso na formação dos alunos e sua inserção no mundo social e letrado. Por considerarmos o letramento e alfabetização como etapas extremamente significativas, são analisados o percurso histórico da alfabetização no Brasil, onde transparece e ainda justifica os motivos do Brasil ainda possuir um alarmante nível de analfabetismo e rever esta situação destacando o papel do professor no processo de aprendizagem e busca de novas metodologias para alfabetizar letrando.

Palavras-chave: Letramento; Alfabetização; Desafios; Contribuições; Leitura.

ABSTRACT

The present work proposes a reflection on comprehending processes of alphabetization and literacy and its current difficulties, approaching the concepts, origins and specificities that compose those processes. It also seeks differentiating them, so their specificities in question are understood, highlighting that both processes are unsimilar, though they should be treated in an undissociable manner, one contemplating another, to obtain success in the education of students and their insertion in a social and literate world. For we consider literacy and alphabetization as extremely significant steps, there is an analysis on the historical course of alphabetization in Brazil, where it exposes and even justifies the motives of Brazil still having an alarming unliteracy rate and to review this situation highlighting the teacher's role in the learning process in search of new methodologies to alphabetize with literacy.

Key-words: Literacy; Alphabetization; Challenge; Contributions; Reading.

1. INTRODUÇÃO

O presente trabalho, de cunho bibliográfico, propõe-se contribuir para o entendimento dos processos de alfabetização e letramento, em uma perspectiva geral sobre dificuldades e desafios para crianças, jovens e adultos no Brasil. Destina-se não somente para os profissionais que já encontram-se atuando a fim de acrescentar contribuições para sua prática pedagógica, como também para a comunidade acadêmica, por sua relevância no que diz respeito a formação de nossos futuros educadores.

A temática dessa pesquisa é um assunto que transita não somente nas aflições dos docentes que trabalham diretamente com o processo de alfabetização, mas também de pesquisadores e estudiosos. Por trás da construção da alfabetização, existe o fracasso escolar, que mostra seu reflexo nos índices que analfabetismo não somente na codificação e decodificação, mas também no analfabetismo funcional. Apesar de uma rica produção teórica sobre o assunto, os órgãos que são responsáveis por nosso sistema educativo ainda não constatarem soluções definitivas para resolução. Por tanto, fazem-se importantes os estudos que procuram compreender esta problemática para contribuir e buscar soluções.

O processo de alfabetização é uma etapa de suma importância para a vida social e escolar do discente, especialmente nos âmbitos em que há valorização da escrita e da interpretação do que se lê. Logo, a alfabetização transforma-se em uma preocupação para os profissionais relacionados à Educação, quando este processo não atinge o êxito esperado, que é o desenvolvimento total na aquisição da leitura e escrita. São recorrentes nas escolas, crianças que terminam a alfabetização sem apropriação da escrita e leitura em sua função social.

Sabendo-se de toda esta bagagem, quais são as dificuldades do letramento no processo de alfabetização em nossa contemporaneidade? Ao decorrer do trabalho, busca-se entender que a dificuldade existente provém de fatores ainda sociais, vivências em âmbito familiar e nas escolas, pois no interior das instituições a introdução ao universo da leitura e da escrita continua não se relacionando a prática contextualizada, baseando-se ainda na utilização de processos mecânicos dos atos de escrever e ler.

Em qualquer momento, a criança, jovem ou adulto ao ingressar na alfabetização, cria-se expectativas de sua inserção fixa e precisa ao processo complexo de alfabetização e mais complexo ainda, o processo de aquisição. Quando não há boa condução do docente, existirá o fator negativo, que estará comprometendo seriamente o processo de aprendizagem e socialmente problematizando, a dificuldade com alfabetização e letramento não está restrito ao ambiente escolar somente. É uma questão que infelizmente ultrapassa o que está ao alcance das instituições de ensino, é questão política e social, especificamente em nossa realidade, onde maioria dos analfabetos está inserida às classes sociais não favorecidas, acentuando ainda mais a desigualdade social gritante. É preciso ter entendimento de que a alfabetização e o letramento não podem ser responsabilidade exclusiva da escola e gestão escolar, apesar de sua importância, outros fatores externos à escola contribuem para o sucesso de aquisição deste processo.

O desenvolvimento do trabalho apresenta-se em três capítulos: o primeiro busca descrever o fator histórico sobre alfabetização no Brasil. O segundo, analisar a diferença de letramento e alfabetização sem desconsiderar que são indissociáveis e por fim, no terceiro capítulo, identificar as concepções teóricas metodológicas do processo de alfabetização e letramento.

O intuito do trabalho não é somente direcionar falhas, mas é a busca de uma reflexão sobre a problemática pesquisada e se faz necessário ter a sensibilidade de compreender que alfabetizar e simultaneamente desenvolver letramentos em crianças, adolescentes e adultos é um exercício diário de dedicação e paciência. Não é um processo rápido e envolvem muitos aspectos, como: A envoltura do professor, conhecer a realidade do nosso país e também a que cerca o indivíduo, não desconsiderar seus conhecimentos prévios, dedicação do discente, família e próximos para a obtenção de resultados satisfatórios.

2. CONTEXTO E PERCURSO HISTÓRICO DA ALFABETIZAÇÃO NO BRASIL

Em uma perspectiva histórica do Brasil, no século XVI iniciava-se o período colonial com a vinda da expedição do então primeiro Governador geral do Brasil, Tomé de Sousa no ano de 1549. Com ele, acompanharam os padres da Companhia de Jesus, que deram sua importante contribuição para os primórdios da Educação no Brasil, conhecido como período heroico. Com a ajuda dos jesuítas, foram oferecidas aulas para nativos e filhos dos colonos, ensinando-os a ler, escrever, cantar e contar.

Afirmando isso, diz Azevedo (1963 p.501), que [...] a vinda dos padres jesuítas, em 1549, não só marca o início da história da educação no Brasil, mas inaugura a primeira fase, a mais longa dessa história, e, certamente, a mais importante pelo vulto da obra realizada e, sobretudo pelas consequências que dela resultaram para nossa cultura e civilização.

Ainda segundo Azevedo (1976) quinze dias após os jesuítas desembarcarem no Brasil, especificamente em Salvador, já iniciava-se o funcionamento de casas para ler e escrever, onde dará início da instrução política que manteve-se inalterável por séculos, abrir uma escola onde construíssem uma igreja.

Estas casas, ou residências ou ainda recolhimentos, recebiam os meninos índios para serem catequizados e instruídos e se destinavam também a abrigar os padres aqui na colônia, bem como os órfãos vindos de Portugal e os da terra, a fim de lhes dar assistência e formação religiosa. [...] A vinda de órfãos de Portugal contribuiu grandemente como um motivador a mais para a já necessária construção de casas (residências ou recolhimento) e representou um reforço na conversão dos índios, uma vez que os jesuítas utilizaram como estratégia de catequese e instrução os órfãos para atrair os meninos índios. (MENARDI, 2010, p 159)

Houve uma percepção dos jesuítas que não haveria uma catequização com êxito sem ensinar os nativos a ler e escrever, além disso, jovens e crianças estavam mais propícios ao aprendizado religioso. Os padres jesuítas tinham um olhar da educação como uma forma de domínio religioso e disseminação da cultura europeia em terras nativas. Portanto, o objetivo da alfabetização trabalhada pelos jesuítas era catequizar e simultaneamente, ocorria à aculturação dos mesmos.

Assim marca-se o processo de criação de escolas elementares, secundárias, seminários e missões espalhados pelo Brasil. Desse modo, trataram de organizar o sistema educativo, pois eles viam a educação como ferramenta de domínio religioso e difusão da cultura europeia nas terras indígenas. “Foram se infiltrando aos poucos nas aldeias, levando os fundamentos de uma educação religiosa dedicada à propagação da fé e do trabalho educativo” (Azevedo, 1976, p. 10).

Apesar da contribuição para catequizar os indígenas, os colégios se voltam como prioridade a educação para os filhos dos colonos e os jesuítas tornam-se assim, responsáveis pela educação da elite. Então, surgiram duas vertentes de escola: o colégio e a escola para ler e escrever. A escola de ler e escrever, além de desenvolver leitura e escrita para meninas, focava-se na boa maneira. O colégio por sua vez, promovia aulas de filosofia, moral e teologia.

É notório que o trabalho dos jesuítas esteve atinente á uma ação maior, correlacionando-se em favor da “contrarreforma”, uma ideologia católica. Isso fez com que a educação no período colonial não fosse uma prioridade para a Coroa portuguesa, pois não era de interesse político-administrativo uma sociedade pensante, classificando uma educação precária tanto como era realidade em Portugal e se fazendo realidade no Brasil.

O que representava a alfabetização para os jesuítas a ponto de quererem, desde o início, alfabetizar os índios, quando nem em Portugal o povo era alfabetizado? Mais do que o resultado dessa intenção, interessante é observar a mentalidade. As letras deviam significar adesão plena à cultura portuguesa. Quem fez as letras nessa sociedade? A quem pertencem? Pertencem à corte, como eixo 18 social. Não se trata, a meu ver, de possibilitar o acesso ao livro, ao livro sagrado: nem estamos na Alemanha, nem a leitura da Bíblia estava na linha do devocionismo vigente. Trata-se de uma atitude cultural de profundas raízes: pelas letras se confirma a organização da sociedade. Essa mesma organização vai determinar os graus de acesso às letras, a uns mais, a outros menos. A certa altura da catequese dos índios, os próprios jesuítas vão julgá-las desnecessárias. E os colégios, estes sobretudo, se voltam para os filhos dos principais. A cultura hegemônica assim o dispunha (PAIVA, 2000, p 43-44).

2.1 CONTRIBUIÇÕES EDUCACIONAIS PEDAGÓGICAS DA COMPANHIA DE JESUS

O jesuíta além de trazer consigo os importantes costumes religiosos da época e boas condutas, trouxeram também sua metodologia de ensino, uma proposta pedagógica que tinha forte influencia por direcionamentos filosóficos das teorias de Aristóteles e São Tomas de Aquino. A Companhia de Jesus conduziu para uma rica contribuição na educação e nas práticas pedagógicas que preponderou no que diz respeito ao reflexo da educação na contemporaneidade. A educação era um grandioso artifício não apenas para as evangelizações, mas também para formação intelectual dos membros da própria companhia.

Quando fundaram os colégios que pertenciam a Companhia de Jesus, juntamente foi necessária a elaboração de um documento que orientasse e regulasse o respectivo funcionamento. O *Ratio Studiorum*, que era um plano de estudo que baseava-se na pratica educativa e reflexões de cunho filosófico do padres que compunham a Ordem.

O manual contém 467 regras, cobrindo todas as atividades dos agentes envolvidos ao ensino. Iniciava pelas regras do provincial, depois do reitor, do prefeito de estudos, dos professores de modo geral, de cada matéria de ensino; incluía também as regras da prova escrita, a distribuição de prêmios, do bedel, dos alunos e por fim as regras das diversas academias. Além das regras e das normas, o *Ratio* apresenta os níveis de ensino (Humanidades, Filosofia e Teologia) e as disciplinas que os alunos deveriam cumprir (Toyshima; Costa, 2012, p. 3).

As normas deste documento serviam como referencial para todos os colégios da Companhia. Porém, não existia a eficácia de aplicação de todas as normas em regiões do Brasil.

[...] regulamentava rigorosamente os estudos nos colégios jesuíticos, cujo fim principal era a formação do futuro jesuíta. No entanto, não se tratava de uma sistematização tão hermética que não permitisse contemplar especificidades de regiões, nas quais não se poderiam aplicar totalmente as regras e nem oferecer todos os cursos. É o caso do Brasil no período colonial (COSTA; MENEZES, 2009, p. 34)

Os pilares e princípios do *Ratio Studiorum* são essencialmente religiosos, a utilização da educação era vislumbrada como forma de conectar homens e Deus, e as diversas outras áreas de conhecimento eram auxiliares para desenvolvimento e fé do indivíduo.

A arquitetura do *RATIOSTUDIORUM* ultrapassa toda a limitação da simples instrução e leva, propositalmente, a determinada educação, em que o conceito de homem é o apresentado pela Igreja do século XVI, ou seja, uma referência essencial a Deus de um ser que se caracteriza pelo uso da razão, e esta razão alcança seu apogeu, dedicando-se a seu próprio cultivo, conforme as lições dos antigos, por meio da interpretação cristã. Toda a organização da vida de estudos traduz esta direção, mas o currículo a deixa expressa. Encontramos neste laboratório pedagógico, que é o colégio jesuíta, uma comunidade perfeitamente integrada, em que cada aspecto da vida social retrata fielmente a estrutura de todo o conjunto (PAIVA, 1981, p.2, grifos do autor).

Os métodos pedagógicos dos jesuítas implementados nas escolas brasileiras, possibilitou que eles iniciassem um modelo de formação ativa e o professor era a figura responsável na formação do aluno. A aplicação de diferentes metodologias foi o diferencial na estrutura e organização no trabalho dos jesuítas durante os anos que ficaram no domínio da educação.

Nos anos de 1750 a 1777, a educação jesuíta não agravada ao primeiro- ministro de Portugal, Marques de Pombal. Os interesses que Pombal tinha como objetivo juntamente ao Estado, não entravam em consenso com os interesses que existiam na educação que os jesuítas estabeleciam, pois o foco principal era a fé. Sem apoio, os jesuítas foram expulsos do Brasil e a educação em Portugal foi modificada, assim como na colônia, pois já não era mais de domínio da Igreja Católica, encerrando assim as atividades de escolas, bibliotecas e escolas que estavam sob supervisão dos padres jesuítas.

O afastamento dos jesuítas dessa região significava tão somente assegurar o futuro da América Portuguesa pelo povoamento estratégico. O interesse de Estado acabou entrando em choque com a política protecionista dos jesuítas para com os índios e melindrando as relações com Pombal, tendo esse fato entrado para a história como “uma grande rivalidade entre as ideias iluministas de Pombal e a educação de base religiosa jesuíta” (Seco; Amaral, 2006, p. 5).

Com a expulsão dos jesuítas, a educação no Brasil passou por modificações, pois passou desde então a ser administrada pelo Estado. A pretensão de Pombal era a transformação de Portugal em uma

metrópole capitalista para se igualar com os demais países do continente europeu. No Brasil, anos mais tarde, com a Proclamação da República de acordo com Mortatti (2006) houve a pretensão em alfabetizar e qualificar a mão de obra na sociedade para acompanhar o crescimento da industrialização e da urbanização, tornando leitura e escrita processos sistemáticos

Depois da independência nacional, em 1822, no início do Período Imperial, o então imperador Dom Pedro I promulgou um ato adicional a Constituição, onde as províncias se responsabilizavam pela sua organização de ensino e formação dos professores. Surgiram então as Escolas Normais, onde qualquer indivíduo poderia requerer sua matrícula por intermédio de um juiz de paz e com o julgamento, o aluno seria aceito ou não pelo diretor da instituição.

Coube à província do Rio de Janeiro a primazia na implementação da primeira Escola Normal das Américas. Em 1835, no município de Niterói, promulgou-se a Lei nº 10 que organizou o ensino normal e estabeleceu as normas para aqueles que pretendiam se candidatar a escola Normal. Deveriam ser “cidadão brasileiro, maior de dezoito anos, com boa morigeração” e que soubesse ler e escrever (RIO DE JANEIRO, Lei nº 10, 4/04/1835, art. 4º). A boa morigeração relacionava-se à boa conduta, à moral e aos bons costumes. No artigo 6º dessa lei encontramos de modo detalhado as providências que o candidato devia tomar. (Martins; Angela. 2010, p. 8).

Após este avanço, alguns sistemas de instrução pública foram implementados no Brasil, onde ideias iluministas mesclavam com pensamentos defendidos pelos liberais foram colocados em prática no país onde a escola assumiu o papel de equalizar as oportunidades.

Enxergando-se nesse novo contexto, a escola arcou um papel social de grande importância nesse processo de desenvolvimento. No contexto histórico, na metade do século XX, conforme explica Silva (2007) o Brasil enfrentava transformações sociais, econômicas e políticas, com o surgimento do movimento de iteração do ensino conhecido como Escola Nova.

Intelectuais motivados nos ideais e concepções de igualdade entre os indivíduos buscavam fazer justo o direito de todos, legalmente garantido da educação e não somente isso, buscava justificar que a escola pública de cunho laico e gratuito como a única forma de afrontar as desigualdades sociais. Porém, tal movimento findou suas forças por conta das severas críticas que obteve por não labutar em sala de aula de forma sistemática os conteúdos.

3. LETRAMENTO E ALFABETIZAÇÃO: TERMOS DIFERENTES, APLICABILIDADE INDISSOCIÁVEL

É indiscutível que a educação é importante no que diz respeito a riqueza de um povo e seu país. Isso ocorre por um único motivo: uma educação de qualidade tem o poder de influenciar diversos aspectos, exemplo: economia, a educação, a cultura e o social. Porém, é de suma importância ressaltar que para atingir o êxito de educação explorando seus atributos positivos, se faz necessário que no processo de alfabetização, o conhecimento deve ter sido passado com significativa eficácia, fazendo com que o foco de aprender a ler e escrever sejam ascendidos com a maior efetividade possível.

Lamentavelmente, não é o que observa neste processo de alfabetização dos alunos que estão regularmente frequentando as escolas do nosso país, isso acontece, pois em grande maioria, ainda existem

falhas perceptíveis nas práticas pedagógicas adotadas, o que tem acarretado um sério agravamento na aprendizagem dos discentes, com foco principal nas séries iniciais do ensino fundamental, onde ainda apresentam grandes dificuldades.

A grande maioria das escolas no Brasil, principalmente as escolas públicas, não formam alunos de maneira satisfatória, de forma que muitos seguem para as séries posteriores sem conseguir ler e escrever corretamente e, mesmo quando o sabe, não conseguem interpretar e produzir textos com a qualidade necessária para aquela faixa etária, o que só contribui para a formação dos ditos analfabetos funcionais (MOREIRA, 2003, p. 204).

O processo de alfabetização necessita ser explorado e trabalhado com efetividade, pois dele evolui o letramento, ou seja, é da alfabetização que se faz possível que o alfabetizado empregue a escrita e a leitura além da sala de aula, porque escrita e leitura se fazem presentes em todos os lugares e assim entende-se que o letramento é uma prática social.

O letramento oferece a alfabetização uma visão social da escrita, indo de encontro a visão já ultrapassada de que o desenvolvimento da leitura e da produção textual dependem de habilidades únicas do indivíduo. Sendo assim, ao elaborar uma aula o professor de português deverá utilizar na alfabetização de seus alunos, textos que fazem parte do cotidiano do educando. Ao fazer isso, o professor estará aplicando uma das muitas faces do letramento: o letramento literário (SOARES, 2006, p. 187).

3.1 ALFABETIZAÇÃO: SURGIMENTO E CONCEITOS

O surgimento da leitura e escrita na humanidade aconteceu mediante a necessidade de existir comunicação. Com o surgimento da escrita veio a necessidade de que fosse ensinadas para suas futuras gerações, com isso surgiu formalmente o processo de alfabetização, que se instituiu na transmissão para os indivíduos da leitura e escrita.

A percepção da importância do processo de alfabetização foi ganhando cada vez mais importância à medida que novos conhecimentos iam sendo descobertos, de forma que com o tempo a alfabetização se tornou a porta inicial e indispensável para o acesso a todos os tipos de informações. No tempo em que surgiu a escrita, pouca importância se dava ao processo de alfabetização, até porque a necessidade de domínio da mesma era menor. Aprendia-se e ensinava-se apenas o básico para se comunicar através da leitura e da escrita, tendo como forma de ensino um modelo mecânico. (RAMOS, 1953, p. 84).

No Brasil, a introdução da alfabetização aconteceu com a chegada dos jesuítas ao país. Entretanto, ao decorrer do tempo, as práticas pedagógicas e propostas de alfabetização não evoluíram muito, problemática que se faz presente no atual cenário da educação entre alguns docentes que não pesquisam ou buscam melhorias nas técnicas de ensino e, com isso, o processo torna-se mecânico,

contribuindo para o fracasso escolar e uma alfabetização inadequada. A alfabetização é assim alcunhada, pois é a condução a aquisição inicial da escrita e da leitura. É concebível enunciar que um indivíduo é alfabetizado quando desenvolveu básicas habilidades que são importantes para que ele faça realize um bom uso da escrita e da leitura. Por conseguinte, é relevante evocar que a alfabetização não é somente aplicada no princípio dos saberes da escrita e da leitura, isso acontece porque continuamente o indivíduo está em contato com novas palavras, que se vão se apresentar tanto por meio da escrita como da fala. A essa interação que existe entre a leitura, escrita e o meio no qual o indivíduo se insere, conhecemos por letramento.

3.2 LETRAMENTO: DEFINIÇÃO, IMPORTÂNCIA EM SOCIEDADE

Uma das tarefas culturais de suma importância para o desenvolvimento do aluno é a leitura. A assiduidade de uma aprazível interpretação textual e leitura sempre serão encaradas de maneira positiva. No âmbito social, é levada tão a sério que em diversas situações ocorre de ser compreensivelmente aceitável que um indivíduo não consiga ou não tenha domínio e conhecimento de ciências exatas, porém inadmissível que não saiba realizar leituras.

Ainda que a palavra “letramento” tenha um significado semelhante de alfabetização, é interessante ressaltar que não são possuem conceitos sinônimos. Isso advém, pois para desenvolver o letramento é deve-se ter concluído a alfabetização, que é uma das fases do processo.

Alguns pesquisadores se opõem ao uso do termo letramento, dizendo que os conceitos por ele designados estariam implícitos no termo alfabetização. Isso é uma simplificação, como mostraremos posteriormente, o termo letramento já entrou em uso carregado de novas associações e significados, como por exemplo, uma nova relação com a oralidade e com linguagens não verbais, não incluídos nem previstos no termo alfabetização (CORRÊA, 2007, p. 238)

A alfabetização caracteriza-se além de uma simplória tática, ela envolve também diversos conjuntos de entendimentos e saberes que nos levam a compreensão da língua. Não se define como uma aptidão restrita somente para algumas pessoas desenvolverem. Todos possuem capacidade granjear o aprendizado da escrita e leitura, contanto que estejam em condições biológicas para realizar.

“O letramento abrange o processo de desenvolvimento e o uso dos sistemas da escrita nas sociedades, ou seja, o desenvolvimento histórico da escrita refletindo outras mudanças sociais e tecnológicas como a alfabetização universal, a democratização do ensino, o acesso a fonte aparentemente ilimitadas de papel, o surgimento da internet.” (FERREIRO, 2001, p. 201)

O letramento vem de uma concepção de que escrita e leitura devem ser embasadas nas práticas discursivas, onde encontram-se diferentes funções que não podem ser desagregadas das circunstâncias em que se ampliam. Portanto, é interessante ressaltar que, no que se referem à escrita, os conhecimentos que

transpassam o letramento surgem do conceito de que os grupos sociais variados buscam interação pelos diversos motivos.

Assim, o letramento é compreendido como um processo do desenvolvimento e utilização da leitura e escrita na sociedade ao decorrer do tempo, compreendendo o processo histórico de transformações sociais, culturais e tecnológicas que levam a alfabetização e ensino democratizado, permitindo que as pessoas possuam acesso, minimamente ilimitado a diversificados tipos de conhecimento.

As circunstâncias em que a escrita e a fala permeiam a compreensão de livros e diversos textos são nomeados eventos de letramento, onde há compilação ativa do sujeito na prática, caminhando de encontro ao que é praticado ainda em eventualidades dentro do âmbito escolar, destacando e supervalorizando a ação individual do discente.

Um evento de letramento inclui as atividades que tem as características de outras atividades da vida social: envolve mais de um participante e os envolvidos tem diferentes saberes, que são mobilizados na medida adequada, no momento necessário, em prol de interesses, intenções e objetivos individuais e de metas comum. Daí ser um evento essencialmente colaborativo (SOARES, 2006, p. 321).

Um ponto importante na definição e prática do letramento é a sua prática fora da escola. Observa-se que há variação de acordo com a natureza da atividade que se utiliza a língua escrita. Isso ocorre por conta de uma inclinação natural que as pessoas possuem de contextualização das atividades, trazendo qualquer situação para uma diferente contextualização, logo, uma aplicação diferente do letramento.

Como as práticas sociais da escrita apresentam uma grande diversificação, não é impossível falar em multi-letramento, tendo em vista a diversidade e complexidade de todos os tipos de meios de comunicações de que hoje a sociedade dispõe. Dessa percepção de pluralidade, é possível separar uma espécie de letramento para cada palavra ou aglomerado de palavras, de forma que é possível identificar o letramento digital, o letramento informacional, o letramento visual, o letramento financeiro, etc., chegando até ao letramento literário, que dita que é necessário muito mais do que a mera leitura de textos em sala de aula para que ele se concretize (GIROTO, 2010, p. 221).

Na prática da escrita da forma tradicional, ou seja, no âmbito escolar, vem com a concepção de que o indivíduo deverá apresentar sua capacidade em diversos aspectos das tarefas. Porém no cenário atual as práticas de letramento estão inseridas cada vez mais no ambiente escolar, pois sempre haverá, por exemplo, diversas maneiras de se realizar e compreender uma leitura, especialmente se for realizada por distintas pessoas.

3.3 A PRÁTICA DO LETRAMENTO EM SALA DE SALA DE AULA E IMPACTOS SOCIAIS

Para trabalhar e desenvolver em sala de aula o letramento, superando todas as adversidades e obstáculos, é importante levar em consideração no primeiro passo o livro que será utilizado para realizar leitura e discussão. Este momento é muito importante, pois o aluno não é apenas uma folha em branco e sua participação irá estimular ele e outros.

Nesse momento o professor deverá elaborar as estratégias de leitura, pois será nesse ato de leitura que o aluno vai desenvolver as habilidades e estratégias de conhecimento prévio, conexão, inferência, visualização, perguntas ao texto, sumarização e síntese, que ficam aguçadas com a leitura (PAULINO, 2009, p. 301).

Após a leitura coletiva, deve-se dar oportunidade e estimular os alunos para realizarem sozinho o que adquiriram, por exemplo, uma leitura individual ou em grupo, de forma que eles compartilhem entre si seus pontos de vista sob o texto trabalhado, o que enriquece mais a atividade.

Esse fato contribui e muito para a interação social entre os alunos, bem como para a formação do senso crítico, dentre outros fatores enriquecedores. A última etapa do letramento literário em sala de aula é a avaliação feita através de uma conversa em grupo a respeito do texto que foi lido em sala de aula. É nesse momento que o professor percebe se os objetos traçados por ele foram de fato alcançados (CAGRIARI, 1998, p. 201).

Sendo interessante também para o desenvolvimento da autonomia daquele aluno, não se pode desconsiderar o papel do professor que é fundamental na execução para o sucesso do letramento. Isso acontece, pois, o professor, irá aproveitar a escolarização correta do texto, considerando a bagagem de conhecimento prévio de seu discente, com objetivo de observar no ato o ritmo de cada um. Somando todos esses fatores, haverá um significativo auxílio para os alunos não somente na leitura e compreensão do texto, mas poderão ampliar os textos trabalhados e discutidos em sala para fora dos muros da escola, ou seja, aplicando em seu contexto social e criando possibilidade de ampliação dos conhecimentos adquiridos. Com isso, o letramento é visto como um transformador social, interferindo positivamente para a formação crítica do aluno para com qualquer assunto e assim, havendo possibilidade de transformação com o meio em que estão inseridos.

4. CONCEPÇÕES TEÓRICAS E METODOLÓGICAS SOBRE ALFABETIZAR LETRANDO

Por serem fenômenos de complexidade, muitos debates e estudos cercam os assuntos sobre alfabetização e letramento. Compreender as concepções teóricas metodológicas que envolvem este processo é importante, pois o retrocesso não é uma opção em um país que ainda sofre com analfabetismo.

Colocação de Paulo Freire (2001) que aprender a escrever e a ler é aprender também a ler o mundo, tendo uma compreensão de seu contexto numa relação que irá vincular realidade e linguagem. Apesar de inúmeros debates e estudos, ao decorrer dos anos a alfabetização e letramento entra em

controvérsias. Escola e professores devem buscar reconstruir e abrir portas para novas práticas pedagógicas a fim de que a realidade de alfabetizar letrando seja absorvida, tal prática não tão simples, o que a torna um grande desafio em sala de aula, pois a inserção do indivíduo no processo nem sempre será bem sucedida. Por tanto, o ponto crucial é buscar métodos e conceituar teorias para aplicar na prática.

4.1 LETRANDO E ALFABETIZANDO PRINCIPAIS RELAÇÕES

A alfabetização não se define por um processo de memorização, para adquirir a leitura e escrita o aluno necessita construir um conhecimento. No que diz respeito ao processo de ensino-aprendizagem do ato de alfabetizar e letrar simultaneamente, deve ser organizado para que todos os fatores que envolvem leitura e escrita tenham significados com o cotidiano do indivíduo. Por isso, alfabetizar letrando é passo para que desenvolva autonomia, tornando-se conhecedor e crítico.

“Uma pessoa alfabetizada conhece o código alfabético, domina as relações gráficas, em outras palavras, sabe que sons as letras representam, é capaz de ler palavras e textos simples, mas não necessariamente é usuário da leitura e da escrita na vida social” (CARVALHO, 2010, p.66).

A especificidade do letramento e da alfabetização nos mostra a importância de vincular ambos na prática pedagógica que engloba a alfabetização, para que o trabalho pedagógico aplicado em âmbito escolar possa abranger a proposta de “alfabetizar letrando” envolvam de forma total as práticas sociais em que se faz uso da escrita e leitura, garantindo-se êxito, pois em sociedade letrada, não é o bastante. Logo, alfabetizar letrando não é um novo método de alfabetização e sim uma ressignificação do entendimento de alfabetização.

Hoje, os grandes objetivos da Educação são: ensinar a aprender, ensinar a fazer, ensinar a ser, ensinar a conviver em paz, desenvolver a inteligência e ensinar a transformar informações em conhecimento. Para atingir esses objetivos, o trabalho de alfabetização precisa desenvolver o letramento. O letramento é entendido como produto da participação em práticas sociais que usam a escrita como sistema simbólico e tecnologia (FERNANDES, 2010, p.19).

Quando o conceito de letramento expandiu-se no Brasil na década de 60 abrindo discussões e debates, a alfabetização foi simplificada sim a decodificação, ou seja, ensinar a ler e escrever de forma quase que mecânica. Mas é sabido o quão é necessário e importante ensinar a escrever e ler, pois o sistema alfabético é importante para o indivíduo adentrar no mundo da escrita e da leitura. Deve haver valorização da alfabetização dentro do processo de letramento.

A iniciação do letramento se faz quando o indivíduo irá letrar-se a partir do instante em que há convivência com demais indivíduos que realizam a utilização da língua escrita e sua vivência é rodeada de material escrito. Então, este indivíduo irá conhecer e reconhecer a prática da escrita e da leitura. E a alfabetização, inicia-se quando a indivíduo frequenta o ambiente escolar, realizando de praticando em sua rotina a língua escrita.

“Se as crianças crescem em comunidades iletradas e a escola não as introduz na linguagem escrita (em toda a sua complexidade), talvez cheguem a atingir esses “mínimos de alfabetização”, que lhes permitam seguir instruções escritas e aumentar a sua produtividade em uma fábrica, contudo não teremos formar cidadãos para este presente nem para o futuro próximo. Há que se alfabetizar para ler o que os outros produzem ou produziram, mas também para que a capacidade de “dizer por escrito” esteja mais democraticamente distribuída. Alguém que pode colocar no papel suas próprias palavras é alguém que não tem medo de falar em voz alta” (FERREIRO, 2004, p. 54).

Quando o indivíduo usufrui a oportunidade de conviver um ambiente com outras pessoas que possuem livros, revistas, contam histórias, compartilham experiências e leem com frequência, também expondo suas opiniões sobre diversos assuntos, passam a ter familiaridade com o letramento. Então, a relação entre alfabetização e letramento ocorre quando compreendemos que alfabetizado é o indivíduo que assimila a escrita alfabética juntando e leitura, sequencialmente, letramento é a consequência de desenvolver além das habilidades de leitura e escrita, ou seja, tudo isso será vivenciado nas práticas sociais.

E é assim que acontece o desafio de alfabetizar letrando. O alfabetizador necessita compreender que o processo de alfabetização é complexo e que se deve iniciar anteriormente a alfabetização escolar, dando ênfase às suas utilizações sociais. Por tanto, para que o indivíduo possa ser considerado letrado não há necessidade que tenha frequentado a escola ou que saiba escrever e ler, apenas que ele exercite sua leitura de mundo na sua rotina envolvendo-se de forma ativa na sociedade, assim como existem pessoas alfabetizadas e não são letradas.

“Ao lado do “analfabetismo absoluto”, outras configurações do sujeito leitor passaram a ser objeto de preocupação entre os estudiosos da educação: o baixo letramento e o analfabetismo funcional. Esses são os casos de pessoas que, embora escolarizadas ou que, eventualmente, até dominam o princípio alfabético e as regras do sistema em questão, continuam sendo incapazes de se utilizar da escrita de modo eficiente e significativo na sociedade em que vivem (COLELLO, 2007, p. 56).

A escola é somente um dos âmbitos para o letramento relacionam com a alfabetização, porém o letramento no entendimento de ser uma prática social é granjeado, nos locais de trabalho, nas ruas, nas igrejas, em família e demais contextos sociais. Por intermédio do conhecimento prévio e do saber assimilado, ou seja, não se pode desconsiderar o conhecimento e leitura de mundo que eles possuem.

Os professores alfabetizadores que almejam aos seus discentes reconhecimento de sujeitos de sua aprendizagem em outras palavras, que o indivíduo possa aprender a partir de uma reflexão e construção de sua compreensão, porém, nas rotinas dentro de sala de aula apenas ocorrem atividades basicamente mecânicas como junções de sílabas e cópias. Por tanto, os educadores alfabetizadores possuem responsabilidade de disponibilizar uma esfera alfabetizadora em sala, que oportunizará um contato direto com livros, estimulando não somente para leitura, mas para compreender o que se lê, ou seja, letrados e alfabetizados.

Alfabetizar letrando tem sentido de que para o indivíduo possa aprender a escrever e ler deve-se buscar inserir levando-o a conviver com práticas realísticas de escrita e leitura, não levando mais em

consideração práticas antigas e tradicionais. É muito importante o uso de material de leitura atual que circula na sociedade e na sociedade, é importante nas atividades em sala, criar situações que tornem imprescindíveis as produções de texto.

“Para alfabetizar letrando, deve haver um trabalho intencional de sensibilização, por meio de atividades específicas de comunicação, como escrever para alguém que não está presente (bilhetes, correspondências escolar), contar uma história por escrito, produzir um jornal escolar, um cartaz etc. Assim a escrita passa a ter função social” (CARVALHO, 2011, p.69).

Para alfabetizar letrando o educador tem que praticar um trabalho levando intencionalmente a desenvoltura de atividades pedagógicas que averiguem o proveito da vivência do indivíduo fazendo-se necessário também que este alfabetizador possua sensibilização para ajudar da melhor forma o aluno no processo de letramento e alfabetização. Quando parte do educador a compreensão de mundo seu discente, buscando aplicar inteiramente sua instrução, sabedoria e conhecimentos baseando-se na realidade, tornam-se benéficas as práticas escolares, pois irão auxiliar os alunos a refletirem simultaneamente enquanto aprendem e descobrem.

“Não podemos negar que a prática de ensino corresponde à prática específica de leitura e escrita: Os alunos leem textos “cartilhados”, vinculados aos fonemas ou as sílabas que estão estudando, textos que só são lidos/ escrito na escola para cumprir as funções sociais às quais se destinam aprendizagem da leitura e da escrita” (SOARES, 1998, p. 23).

O educador deve incentivar a expansão das competências de seu discente sobre reflexão e as devidas relações entre partes escritas e faladas no que diz respeito ao texto e as palavras. Este desempenho pode ocorrer em âmbito escolar e vem com objetivo de facilitar o entendimento por parte dos discentes, para quem em sua totalidade, todos possam vivenciar suas ações voltadas as práticas sociais, assim facilitando o acesso à escrita e a leitura que é um direito referente à cidadania. Vale ressaltar que diariamente, em sala de aula é importante que os educadores tenham atenção com o frequente uso de leituras, possibilitando que os discentes mantenham contato com palavras distintas e escritas semelhantes. Isso auxiliará o aluno a refletir sobre as mesmas e ajudando-o a alfabetizar letrando.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

As dificuldades de alfabetizar e letrar no Brasil é reflexo do processo histórico de um país que sempre deixou a educação em segundo plano, onde outros interesses econômicos desde a época da colônia eram priorizados e só aqueles que possuíam mais poder aquisitivo tinham acesso ao conhecimento e tal situação justifica o nível de analfabetismo existente que ainda segue surpreendendo.

Com a compreensão de alfabetizar letrando para inserir o sujeito no mundo, pois ambos são considerados práticas sociais e ressaltando sua contribuição para desenvolvimento crítico e intelectual do aluno, é necessário entender o papel da sociedade e dos professores dentro do âmbito escolar para que as práticas de letramento sejam corretamente aplicadas. Levando em conta que cada indivíduo tem seu ritmo de aprendizagem e melhor forma de absorção, logo, não existe uma receita pronta para alfabetizar e durante o percurso da aprendizagem é enfatizando a importância do hábito da leitura.

A asserção de alfabetizar o aluno na perspectiva do letramento constitui um desafio para o professor, pois deve haver mudanças significativas acerca das questões teórico-metodológicas que envolvem a prática pedagógica a partir do ensino da escrita e da leitura de forma repetitiva e mecânica, enfatizada pelos tradicionais métodos, desenvolvendo conteúdos que não abordam e não envolvem as práticas sociais que são vivenciadas pelos indivíduos.

Diante disto, a ressignificação desta prática alfabetizadora transcorre da ação crítico-reflexiva que permeia a prática docente, considerando a concepção acerca do indivíduo que se almeja formar e os principais pontos teórico-metodológicos em torno do letramento e da alfabetização buscando uma aprendizagem significativa. Diante disto, conclui-se que retroceder não é opção para um país já tão prejudicado e pouco abastado no quesito educação e essa mudança deve acontecer defendendo a indissociabilidade dos processos de letramento e alfabetização, para que juntos formem uma sociedade que saiba interpretar, se posicionar, reconhecer-se no mundo, exercer seu papel cidadão e também seu pensamento crítico para com qualquer conteúdo e assunto.

REFERÊNCIAS

- AZEVEDO, Fernando de. **A Transmissão da cultura: a cultura brasileira**. São Paulo, Melhoramentos, 1976.
- CAGLIARI, Luiz Carlos. **Alfabetizando sem o Bá-Bé-Bi-Bó-Bu: Pensamento e Ação no Magistério**. 1. Ed. São Paulo: Scipione, 1998.
- CARVALHO, Marlene. **Alfabetizar e letrar: um diálogo entre a teoria e a prática**. 7. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010.
- COLELLO, Silvia M. Gasparian. **A escola que (não) ensina a escrever**. São Paulo: Paz e Terra, 2007.
- CORREA, Djane Antonucci, SALCH, Bailon de Oliveira e et. al. **Práticas de Letramento: Leitura, escrita e discurso**. 1. Ed. São Paulo: Parábola editorial, 2007.
- CONCEIÇÃO, José Luis Monteiro. **Jesuítas na educação brasileira: dos objetivos e métodos até sua expulsão**. Disponível em: <http://educacaopublica.cederj.edu.br/revista/artigos/jesuitas-na-educacao-brasileira-dos-objetivos-e-metodos-ate-a-sua-expulsao>. Acesso em: 01 de setembro de 2018.
- COSTA, Célio Juvenal; MENEZES, Sezinando Luiz. **A educação no Brasil colonial (1549-1759)**. In: Rossi, Ednéia Regina, RODRIGUES, Elaine; NEVES, Fátima Maria (orgs). **Fundamentos históricos da educação no Brasil**. Maringá: EDUEM, 2009, p.29-43.
- FERNANDES, Maria. **Os segredos da alfabetização**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2010.
- FERREIRO, Emília. **Reflexões sobre a alfabetização**. 24. Ed. São Paulo: Cortez, 2001.
- FERREIRO, Emília. **Psicogênese da língua escrita**. Porto Alegre: Artes médicas sul, 1999.
- FREIRE, Paulo. **A importância do ato de ler**. São Paulo. 41ª ed. Cortez. 2001.
- GIROTTI, Cyntia; SOUZA, Renata. **Estratégias de leitura: para ensinar alunos a compreenderem o que lêem**. In: SOUZA, Renata (org.) **Ler e compreender: estratégias de leitura**. Campinas: Mercado de Letras, 2010.
- MENARDI, Ana Paula Seco. **A educação na literatura de viagem e na literatura jesuítica – séculos XVI e XVII**. 2010. 289f. Tese (doutorado em educação) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2010.
- MOREIRA, Daniel Augusto. **Analfabetismo Funcional: O Mal Nosso de cada Dia**. 1. Ed. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2003.
- PAULINO, Graça; COSSON, Rildo. **Letramento literário: para viver a literatura dentro e fora da escola**. In: ZILBERMAN, Regina; RÖSING, Tania (Orgs.). **Escola e leitura: velha crise; novas alternativas**. São Paulo: Global, 2009.

PAIVA, José Maria de; PUENTES, Roberto Valdés. **A proposta jesuítica de Educação – uma leitura das Constituições**. Comunicações, São Paulo, nov. 2000. Disponível em: <http://www.unimep.br/jmpaiva/a-proposta-jesuitica-de-educacao.pdf>. Acesso em 01 setembro. 2018.

PAIVA, José Maria de. **Ométodopedagógicojesuítico.UmaanálisedoRatioStudiorum**. Viçosa: Imprensa Universitária da Universidade Federal de Viçosa, 1981.

RAMOS, Graciliano. **Infância**. 3. Ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1953.

SECO, A. P.; AMARAL, T. C. I. do. **Marquês de Pombal e a reforma educacional brasileira**. 2006. Disponível em: http://histedbr.fae.unicamp.br/navegando/periodo_pombalino_intro. Acesso em 03 setembro. 2018.

SOARES, Magda. **Letramento: Um tema em três gêneros**. 2. Ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2006.

SOARES, Magda. **Alfabetização e letramento**. 6. ed. São Paulo: Contexto, 2001.

TOYSHIMA, Ana Maria da Silva; COSTA, Célio Juvenal. **O Ratio Studiorum e seus processos pedagógicos**. São Paulo, maio 2012. Disponível em: http://www.ppe.uem.br/publicacoes/seminario_ppe_2012/trabalhos/co_05/104.pdf. Acesso em 02 setembro. 2018.